

A Coleção Arquitetura Moderna na Bahia (1947-1951)

Luiz Amorim

ANDRADE JÚNIOR, N. *Arquitetura moderna na Bahia, 1947-1951: uma história a contrapelo*. 2012. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

A consagração mundial de um conjunto de obras realizadas por arquitetos praticantes na cidade do Rio de Janeiro, então capital federal, reunidos ao redor do arquiteto Lúcio Costa, veio a dominar, por várias décadas, a narrativa acerca da introdução e difusão das expressões modernas na arquitetura no Brasil. Os manuais, como bem nos lembra Nelci Tinem (2002), consagraram esta leitura hegemônica do complexo e dinâmico processo de circulação de ideias e da interpretação e realização de obras modernas no território nacional. É a partir da década de 1980 que, mais amplamente, novos olhares são lançados sobre as modernas arquiteturas brasileiras, na esteira da ampliação de programas de pós-graduação em arquitetura e urbanismo e do investimento dos órgãos de fomento à pesquisa na qualificação docentes e pesquisadores, tanto no país, quanto no exterior.

A Coleção Arquitetura Moderna na Bahia (1947-1951), de autoria de Nivaldo Vieira de Andrade Junior, professor da Faculdade de Arquitetura da Universidade da Bahia, acrescenta uma pedra de fecho neste esforço de compreender as diversas dimensões da experiência moderna no país. Resulta do seu estudo doutoral desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia, intitulado *Arquitetura moderna na Bahia, 1947-1951: uma história a contrapelo*, orientada pela professora Esterzila Berenstein de Azevedo e defendida em 2012.

Tive a honra e satisfação de ter sido membro da banca de sua defesa e tomar assento em uma sessão das mais estimulantes das quais tive a oportunidade de participar, seja pelos debates que fomentou, seja pelo brilhantismo com que foi defendida.¹ A tese, como a coleção que lhe é devedora, é eloquente, extensiva – por tomar um amplo recorte temporal, geográfico e arquitetônico, e, intensiva, por analisar detalhadamente a gênese e consagração de casos emblemáticos daquele período histórico, com o objetivo de ressaltar o lugar da Bahia na experiência moderna brasileira.

¹ A banca foi composta pelos professores Ana Maria Fernandes (UFBA), Antônio Heliodório Lima Sampaio (UFBA), Hugo Massaki Segawa (USP), Luiz Amorim (UFPE) e Marco Aurélio Andrade de Filgueiras Gomes (UFBA), além da orientadora da tese, a professora Esterzila Berenstein de Azevedo.



Andrade Júnior parte do pressuposto que o estado da Bahia vivenciou durante o governo de Otávio Mangabeira, entre os anos de 1947 e 1951, uma integração entre políticas de estado, processos de modernização e difusão da arte e arquitetura modernas, ainda não devidamente reconhecida pela historiografia nacional. Mais ainda, que teria sido equivalente, em relevância e qualidade, ou peculiaridade, àqueles episódios consagrados na literatura, a saber: o pernambucano, promovido pelas ações de estado do interventor Carlos de Lima Cavalcanti e o grupo técnico liderado por Luís Nunes, entre 1934 e 1937; o núcleo formado ao redor do desenvolvimento do projeto do Ministério da Educação e Saúde Pública, tendo o ministro Gustavo Capanema e os arquitetos Lúcio Costa, Afonso Eduardo Reidy, Carlos Leão, Ernâni Vasconcelos, Jorge Machado Moreira e Oscar Niemeyer como figuras de destaque; e os protagonizados por Juscelino Kubitschek e Oscar Niemeyer, nos projetos da Pampulha em Belo Horizonte, na década de 1940, e de Brasília, a nova capital federal, entre meados da década de 1950 e o início do ano de 1960. No caso baiano, os protagonistas teriam sido o próprio governador, seu secretário de Educação e Saúde, o advogado e educador Anísio Teixeira, responsável pela concepção inovadora das escolas classe e parque, pelos profissionais associados ao Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade de Salvador (Epucs) e o engenheiro agrônomo, pintor, arquiteto autodidata e professor da Faculdade de Arquitetura da atual Universidade Federal da Bahia, Diógenes Rebouças.

O cerne do seu argumento sugere ter sido o Epucs o lócus da difusão e consolidação da arquitetura moderna na Bahia, segundo três vertentes: a) A política, como unidade de planejamento e projeto integrada aos poderes municipais e estaduais; b) A técnica, como núcleo difusor e produtor de conhecimento; e c) A de formação e promoção de valores individuais, expressa na persona de Diógenes Rebouças. Evidentemente, ao se destacar estas vertentes, não se pretende diminuir a contribuição de atores e promotores no campo das artes, da produção privada e das diversas esferas governamentais.

As evidências apresentadas pelo autor são consistentes. Destaca, por exemplo, a responsabilidade assumida pelo Epucs, que teve o engenheiro Mário Leal Ferreira como o seu primeiro diretor, pelo “plano de urbanismo” da capital e os diversos projetos dele decorrentes, como a Avenida do Centenário, mas também de saneamento, e os encargos especiais que absorviam demandas da esfera estadual e federal – planos



de saúde, educação, cultura, prisional etc. Esta atuação se dava no enquadramento das demandas provenientes do Plano da Cidade e no desenvolvimento de projetos de arquitetura, e como articulador-chave, por meio de Rebouças, os principais nomes da arquitetura, do paisagismo e da engenharia nacionais – como com o Lúcio Costa e os colegas do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), vindo a promover uma sintonia entre as promoções estaduais e o cenário arquitetônico nacional. Rebouças vem assumir a direção do Epucs com o falecimento de Mário Leal Ferreira.

Com isso, Rebouças procurava, pode-se dizer, construir o lugar da Bahia no contexto nacional, projetando segundo princípios devedores à vertente hegemônica da arquitetura moderna no Brasil, seja pela promoção da vinda de forasteiros transmissores das mesmas notícias, como no episódio do Centro de Arte Teatral, atual Teatro Castro Alves, com Alcides da Rocha Miranda e José de Sousa Reis, como será visto mais adiante. Por meio dessas atividades, difundiu uma abordagem inovadora do problema arquitetônico, promoveu a difusão e desenvolvimento de soluções de técnicas para sua elaboração e estabeleceu uma linguagem arquitetônica para uma parcela considerável de obras públicas.

Deve-se destacar sua participação na rede construída por Lúcio Costa, a partir do emblemático edifício do Ministério da Educação e Saúde Pública, hoje, Palácio Capanema, e por meio dos diversos distritos do SPHAN no sentido de difundir as novas ideias e os seus profetas da *nova arquitetura*, bem como reproduzir o discurso da construção da moderna arquitetura brasileira em bases sólidas da experiência histórica nacional, particularmente para os diversos estudiosos estrangeiros que vieram ao Brasil, como Philip Goodwin, Yves Bruand, Robert Smith, Germain Bazin e Mário Chicó.

O autor sugere que o Epucs contribuiu “diretamente na formação de toda uma geração de arquitetos e urbanistas locais que, tendo colaborado como desenhistas e topógrafos desses trabalhos, receberam uma formação que a instituição formal de ensino local – a Escola de Belas Artes da Bahia – ainda não oferecia” (ANDRADE JUNIOR, 2012: p 198). Essa geração teria sido formada por Emanuel Berbert, Guarani Araripe, Ramiro Fonseca, Walter Gordilho, Assis Reis, há época estagiário, além dos já referidos, mas principalmente, os sócios do Escritório Engenharia, Arquitetura e Urbanismo (EAU), Antônio Rebouças,

Francisco Santana e Lev Smarcevs, este último sem relação direta com aquele escritório.

No cenário nacional, além do grupo carioca referido, pode-se destacar o episódio do Escritório Técnico da Cidade Universitária, da Universidade do Recife, coordenado por Mário Russo, entre 1949 e 1955. Professor do Curso de Arquitetura da Escola de Belas Artes de Pernambuco e responsável pelo projeto da Cidade Universitária da Universidade do Recife (hoje Federal de Pernambuco), Russo reuniu estudantes e arquitetos que tiveram a oportunidade de obter uma aproximação da arquitetura moderna que o curso ainda não promovia em sua inteireza. Dele participaram como estagiários e profissionais os arquitetos Felippo Melia, Heitor Maia Filho, Maurício do Passo Castro, Everaldo da Rocha Gadelha e Reginaldo Luiz Esteves, que terão fundamental importância no ensino e atuação profissional nas décadas seguintes. Esse é um episódio em que podemos traçar a relação entre a instância de governo (universidade e o seu reitor João Amazonas e escritório técnico), seu gestor e ideólogo (Mário Russo), a formação profissional e a sua contribuição para a autonomização do campo arquitetônico naquele estado, evidentemente, em uma outra escala, quando comparada àquela descrita por Andrade Júnior.

São inegáveis as evidências do papel do Epucs e de Diógenes Rebouças como instâncias de legitimação e detentor de capital simbólico. A participação do escritório e do arquiteto nas principais obras do estado no governo Mangabeira, e depois dele, os vinculam com os marcos simbólicos da modernização do estado e da consolidação da arte e da arquitetura modernas na Bahia.

A construção deste argumento e a análise da produção arquitetônica baiana é objeto dos dois primeiros capítulos da coleção, intitulados, respectivamente, *O lugar da Bahia na história da arquitetura moderna brasileira* e *o Epucs e a autonomização do campo arquitetônico da Bahia*. Os três volumes seguinte são dedicados às expressões arquitetônicas fruto de três ações do governo Otávio Mangabeira em áreas capitais em termos de políticas públicas: os da educação, das artes e do turismo. As obras são analisadas segundo o modelo analítico de Bruno Zevi (1984 [1973]) por ele denominado de *as sete invariáveis da linguagem moderna*.

O terceiro volume – *Um teto para cada escola: o Plano de Edificações escolares de Anísio Teixeira* – tem início por um parágrafo que procura dar a dimensão da importância das ações do governo Otávio Manga-





Figura 1
Agência do Banco da Bahia em Ilhéus (Paulo Antunes Ribeiro, 1949-1951): vista interna da escada helicoidal de acesso à sobreloja
Fonte: Acervo do Centro de Documentação e Referência da Odebrecht, Salvador

beira na melhoria das condições de oferta do ensino de primeiro e segundo graus: "A Secretaria de Educação e Saúde esteve, entre 1947 e 1951, ocupada pelo educador Anísio Teixeira, que conseguiu, com o apoio de Mangabeira e do ministro da Educação e Saúde, o baiano Clemente Mariani, conceber e começar a executar um dos mais ambiciosos planos educacionais de que se tem notícia no Brasil" (ANDRADE JÚNIOR, 2019a: p. 17).

É delineada a trajetória de Teixeira das suas primeiras experiências na gestão da educação pública na cidade do Rio de Janeiro, Capital Federal, ainda nos anos de 1930, passando por sua atuação no governo Manga-

beiras até o *Plano para a Construção Escolares para Brasília*, quando ocupava a presidência do Instituto Nacional de Pedagogia (Inep), que, segundo Andrade Júnior, seria tributário, tanto quanto ao conhecido *Convênio Escolar*, fruto do acordo entre governos do



Figura 2
Pavilhão de atividades de trabalho da Escola Parque - Centro Educacional Carneiro Ribeiro (Diógenes Rebouças, 1950-1955): Anísio Teixeira na sobreloja, vendo-se, abaixo, a ala masculina e, em segundo plano, o painel *Os Cinco Elementos*, de Carybé
Fonte: Acervo do Centro Educacional Carneiro Ribeiro – Escola-Parque

município e do estado de São Paulo, à experiência de Teixeira e de Paulo Assis Ribeiro, Diógenes Rebouças e Hélio Duarte na Bahia.

Anísio Teixeira também se faz presente na concepção do Centro Educativo de Arte Teatral (CEAT), depois conhecido como Teatro Castro Alves (TCA), objeto do quarto volume da coleção. É de sua autoria a concepção de um centro de formação – um teatro-escola – que, segundo Andrade Júnior, “seria mais do que um mero teatro, integrando música, dança e artes cênicas e conciliando entretenimento, cultura e formação artística” (ANDRADE JÚNIOR, 2019b: p. 29). A narrativa relativa à concepção e realização do CEAT-TCA tem ares dramáticos, envolvendo conflitos pessoais, tramas políticas, críticas ferozes e fogo, como se estivesse baseado em obra ficcional de forte apelo emocional.

Fazem parte do enredo como figuras centrais, mais uma vez, Mangabeira, Teixeira e Rebouças, juntos na idealização e nos primeiros traços do projeto, acompanhados por Alcides da Rocha Miranda e José de Souza



Figura 3
Teatro Castro Alves (José Bina Fonyat Filho, 1957-1967). Foto datada de 11 de julho de 1958, dois dias após o incêndio que o destruiu
Fonte: Acervo do Centro de Documentação e Referência da Odebrecht, Salvador

Reis, autores da primeira versão do projeto, cuja obra, interrompida, abre as portas para novos personagens: o governador Antônio Balbino, o engenheiro Norberto Odebrecht e o arquiteto Bina Fonyat, autor do edifício que hoje conhecemos. A trama e os dois projetos são por demais sedutores devendo-se evitar maiores considerações para que o prazer da sua leitura não seja roubado do incauto leitor desta recensão.

A coleção é encerrada com o estudo das ações do governo Mangabeira associado a agentes públicos no âmbito municipal e nacional, como também de promotores privados, para a qualificação, ampliação e modernização do parque hoteleiro estadual. Como em todos os capítulos que o precedem, Andrade Júnior as contextualiza à luz de experiências públicas precedentes e das condições que levaram às suas promoções. Nos oferece a gênese do Hotel da Bahia, dos primeiros projetos modernos de equipamento hoteleiro no país, cujos traços originais são, novamente, de Rebouças,

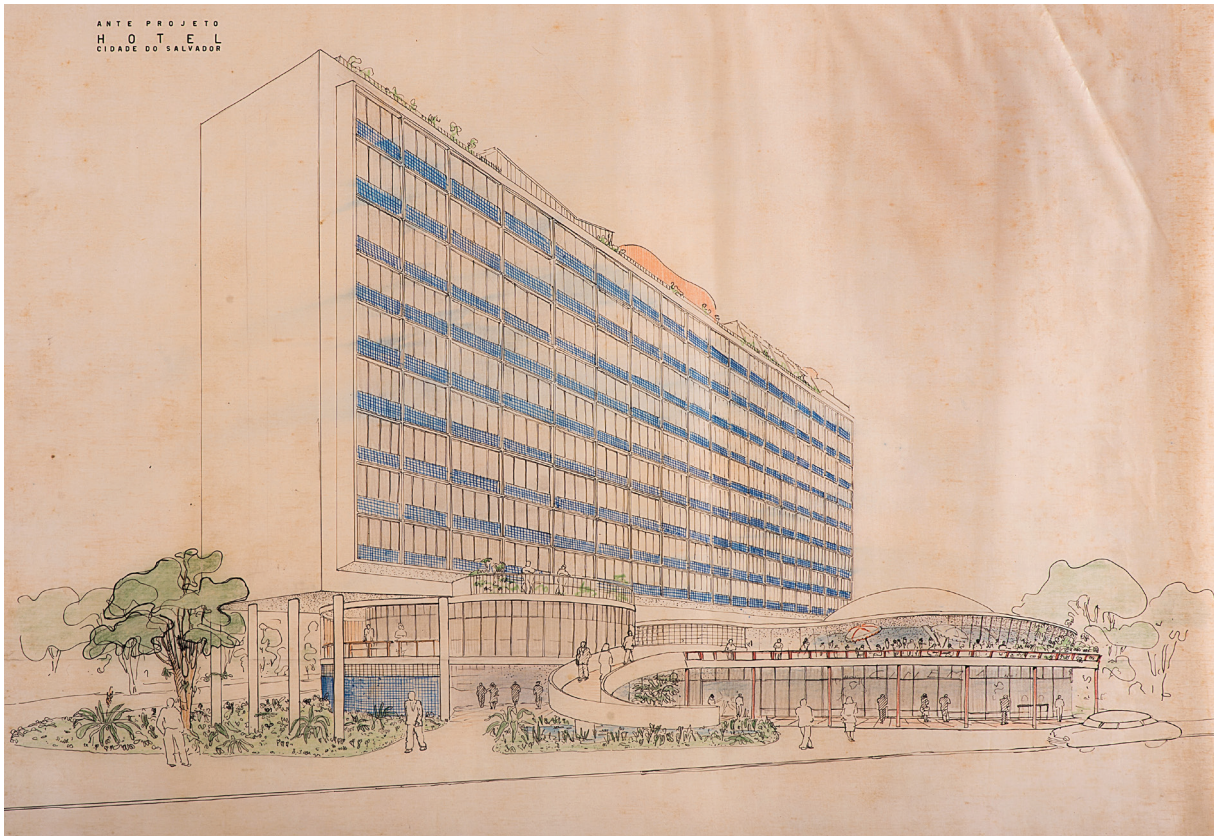


Figura 4
Perspectiva da segunda versão do projeto do Hotel da Bahia (Diógenes Rebouças e Paulo Antunes Ribeiro, 1948-1951), visto a partir do Campo Grande
Fonte: Acervo Epucs / Arquivo Histórico Municipal de Salvador / Fundação Gregório de Matos

e desenvolvimento de Paulo Antunes Ribeiro. Não satisfeito, nos brinda com uma quase desconhecida obra – pelo menos despercebida pela historiografia da arquitetura moderna brasileira: o Hotel Paulo Afonso, parte da infraestrutura associada à construção da hidroelétrica de mesmo nome, localizada no Rio São Francisco.

Nivaldo Vieira de Andrade Júnior, nos contempla a partir de discurso argumentativo firmado no conceito de campos culturais de Bourdieu (2010), os elementos provenientes dos campos da política e profissional da arquitetura necessária para tornar visível o lugar dessa experiência baiana na historiografia da arquitetura moderna brasileira. A Coleção que nos oferece está fadada a receber novos volumes, conhecedor que sou da inquietação e capacidade crítica do seu autor. Desde já, porém, como Hugo Segawa afirma, “essa coleção está condenada a se tornar referência na historiografia brasileira” (SEGAWA: 2019).

Referências

AZEVEDO, Ricardo Marques de. *Antigos modernos : contribuição ao estudo das doutrinas arquitetônicas (séculos XVII e XVIII)*. São Paulo: FAU USP, Departamento de História e estética do Projeto, Tese de livre-docência, 2006

ANDRADE JÚNIOR, N. *Arquitetura moderna na Bahia, 1947-1951: uma história a contrapelo*. 2012. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

ANDRADE JÚNIOR, N. "Um teto para cada escola": o Plano de Edificações Escolares de Anísio Teixeira. Salvador: EDUFBA, 2019a.

ANDRADE JÚNIOR, N. *Arquitetura, educação e arte: o Centro Educativo de Arte Teatral*. Salvador: EDUFBA, 2019b.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

SEGAWA, H. O lugar das revisões. In: ANDRADE JÚNIOR, N. *O lugar da Bahia na história da arquitetura moderna brasileira*. Salvador: EDUFBA, 2019.

TINEM, N. *O alvo do olhar estrangeiro. O Brasil na historiografia da arquitetura moderna*. João Pessoa, Manufatura, 2002.

ZEVI, B. *A linguagem moderna da arquitetura*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1984 [1973].